
“O QUE HÁ DE NOVO NA POLÍTICA?": O JORNAL *DIÁRIO POPULAR* (PELOTAS-RS) FRENTE À REABERTURA POLÍTICA DE 1945.

"WHAT'S NEW IN POLITICS?": THE *DIÁRIO POPULAR* NEWSPAPER (PELOTAS-RS) FRONT TO REOPEN POLICY 1945.

Everton da Silva Otazu
Mestrando em História no PPGH-UFPel
everton.otazu@gmail.com

RESUMO: Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada em notícias publicadas pelo jornal *Diário Popular*, da cidade de Pelotas-RS, durante o primeiro trimestre de 1945, sobre o futuro pleito eleitoral daquele ano. A partir da análise dessas fontes, se pode observar um importante debate sobre a situação política nacional, cujo seu pano de fundo é o Estado Novo brasileiro (1937-1945) e seus reflexos na sociedade. Quanto à estrutura metodológica do trabalho contamos com a contribuição de Roque Moraes e a “análise discursiva de conteúdo”, presente na seleção das matérias e na forma como compreendemos sua contribuição na narrativa. Como aporte teórico, trazemos as categorias denominadas “espaço de experiência” e “horizonte de perspectiva”, do historiador alemão Reinhart Koselleck e o apoio de outros historiadores renomados como E. P. Thompson, Benedict Anderson, Ângela de Castro Gomes e José Murilo de Carvalho. Sendo assim, este trabalho busca articular um importante suporte teórico-metodológico a uma análise documental criteriosa, que possa compreender de forma satisfatória o contexto histórico daqueles sujeitos naquele momento.

PALAVRAS-CHAVE: Experiência. Expectativa. Campo Político.

ABSTRACT: This article is the result of a survey based on news published by the *Diário Popular* newspaper from Pelotas-RS during the first quarter of 1945 about the the future election of that year. From the analysis of these sources, we can observe an important debate on the national political situation, which its backdrop is the Brazilian Estado Novo (1937-1945) and its effects in the society. Regarding the methodological framework of the article, we have the contribution of Roque Moraes and “discursive content analysis”, present in the selection of materials and the way we understand his support in the narrative. As theoretical contribution, we bring the categories called “space of experience” and “horizon perspective” of the german historian Reinhart Koselleck and the support of others renowned historians such as E. P. Thompson, Benedict Anderson, Angela de Castro Gomes and José Murilo de Carvalho. Thus, this article seeks to articulate an important theoretical support with a thorough document analysis which can satisfactorily understand the historical context of those people on that moment.

KEYWORDS: Experience. Expectation. Political Field.

Introdução

O presente artigo busca compreender os primeiros passos da redemocratização de 1945, através do jornal pelotense *Diário Popular*. Para isso, utilizaremos como ferramenta metodológica a “análise textual discursiva”, proposta por Roque Moraes (2003), que pressupõe algumas etapas.

A primeira etapa começa no momento da pesquisa empírica. Em nosso caso, quando começamos a investigação nas páginas do *Diário Popular*, notamos a existência do que Moraes (2003) chama de “categoria”. Uma categoria é formada por um conjunto de textos que versam sobre um mesmo assunto, dialogam entre si ou as duas coisas. O que encontramos foi um apanhado de notícias que tratavam do mesmo tema e, por vezes, dividiam um mesmo pensamento. Seu tema era as futuras ou prováveis eleições nacionais para aquele ano.

Dessa forma, o que iremos discutir ao longo desse trabalho é a categoria sobre o futuro pleito de 1945, encontrada no primeiro trimestre do periódico *Diário Popular*. O conjunto de notícias que compõe esse pequeno *corpus* conta, principalmente, com entrevistas realizadas pelo jornal com membros de destaque da sociedade pelotense.

Assim, a segunda etapa será de *desmontagem dos textos* (MORAES, 2003, p. 192-193), quando analisaremos cada matéria à luz do nosso referencial teórico. Realizaremos essa tarefa no subtítulo “Uma leitura criteriosa do futuro pleito de 1945”, com o aporte teórico de historiadores como: Reinhart Koselleck (2012), Roger Chartier (2002a; 2002b), E. P. Thompson (1981), Benedict Anderson (1985), entre outros.

Nas “Considerações finais” do trabalho, passaremos à última etapa do processo de análise que se chama “captando o novo emergente”, quando:

[...] a intensa impregnação nos materiais da análise desencadeada pelos dois estágios anteriores possibilita a emergência de uma compreensão renovada do todo. O investimento na comunicação dessa nova compreensão, assim como de sua crítica e validação, constituem o último elemento do ciclo de análise proposto. (MORAES, 2003, p. 191).

Entendemos que, assim, alcançaremos uma maior compreensão do contexto político social, no qual aqueles sujeitos estavam inseridos, e qual o papel do jornal ao vincular essas matérias. Afinal, será que existe algo novo surgindo na política?

Uma leitura criteriosa do futuro pleito de 1945

Todos os dias, os jornais no Brasil e no mundo, divulgam uma série de notícias selecionadas entre outras tantas, sobre aquilo que aconteceu na sua cidade e no restante do mundo. Esse recorte, normalmente, reflete a posição ideológica do jornal e quais assuntos devem, ou não, virar notícia de acordo com o seu interesse (FRAGA, 2004).

Porém, é importante entendermos o jornal e suas notícias como uma *representação* da realidade, utilizando do conceito elaborado pelo historiador francês Roger Chartier (2002b). Essa *representação* é composta por elementos da realidade que ela representa, isso significa que ela só pode ser compreendida se encontrar os “[...] esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço decifrado” (CHARTIER, 2002b, p. 17). Dessa forma, as notícias que encontraremos se baseiam em elementos tangíveis da realidade do leitor, onde buscam suporte para aderirem mais facilmente à realidade.

Sabemos, por exemplo, que no Brasil de 1945, um dos destaques da imprensa era a Segunda Guerra Mundial. Evento que ganhou espaço na mídia, principalmente, com a entrada do país no conflito em 1942. Em torno disso, o trabalho dos jornais era intenso, buscando sempre manter seu leitor atualizado sobre cada movimentação ocorrida na Europa.

Outra notícia comum daqueles dias, eram os atos do presidente Getúlio Vargas. Alguns periódicos davam mais visibilidade a essas notícias, outros nem tanto. Para terminar de compor esse mosaico jornalístico, havia o espaço para os assuntos locais e estaduais, as páginas reservadas aos patrocinadores e aquelas, para os esportes. Esses são alguns exemplos do que é possível encontrar nos jornais da década de 1940¹. Todos os aspectos citados são modelos de *representações* que articulam algumas parcelas da ‘realidade’ palpável daquela sociedade e procuram encontrar ressonância, fazer sentido na interpretação do leitor.

¹ Nesse relato transparece um pouco da nossa experiência como pesquisador em jornais da década de 1940, como o Diário Popular (Pelotas-RS), O Tempo (Rio Grande-RS), entre outros.

Um exemplo muito próximo a nós é o jornal *Diário Popular*, da cidade de Pelotas – RS. Esse jornal, apesar de estar localizado no interior do estado, possuía uma estrutura comparável a muitos jornais da capital e do centro do país². Em 1945, ele mantinha seu leitor atualizado, trazendo diversas informações da capital federal, do dia-a-dia do presidente Getúlio Vargas e o que estava acontecendo no velho continente, em função da guerra.

O leitor do *Diário Popular*, ao ler a edição do dia 3 de janeiro de 1945, uma quarta-feira, encontraria a transcrição de um discurso do presidente Getúlio Vargas, realizado em um almoço oferecido pelas forças armadas na capital federal³. Talvez esse leitor não percebesse – nem nós queremos aqui ler esse passado com os olhos do presente – mas se tratava de um discurso onde o presidente parecia fazer um balanço do seu governo. Procurava confortar todos àqueles que tinham familiares na guerra, e dizia acreditar que a paz estava próxima.

Através dessa notícia no jornal, podemos perceber como a guerra está presente no *imaginário coletivo* (BACZKO, 1985, p.309) dos brasileiros daqueles dias. No *Diário Popular*, as notícias da guerra chegavam muitas vezes a ocupar quase duas páginas; trazia manchetes que chamavam a atenção e artigos bem elaborados, às vezes próprios, às vezes de outros periódicos, principalmente do centro do país.

Nesse caso, cabe a nós entendermos o jornal também como produto, uma mercadoria (ESPIG, 1998). Por essa ótica, a notícia que circula nas suas páginas depende diretamente da aceitação do seu leitor, pois isso repercute na sua venda. A matéria também pode ser influenciada pelas relações que a direção do jornal estabelece com os seus patrocinadores (LUCA, 2008). Logo, a seleção do tema está dentro de uma lógica de mercado, que pode levar a um retorno financeiro, seja pela venda de jornais ou produtos neles anunciados, ou ainda pelo jogo político que pode ser armado, buscando influenciar a *opinião pública* (BECKER, 2003). Logo, as notícias sobre os conflitos na Europa não estavam sendo divulgados por acaso. Havia interesse do público nelas e isso vinha ao encontro do interesse mercadológico. No entanto, começaria a aparecer entre essas notícias um fato novo para dividir a atenção daqueles leitores.

² É possível chegar a essa conclusão, se comparar a estrutura do jornal mencionado à estrutura dos grandes jornais do centro do país, apontados por Tânia Regina de Luca em: LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

³ Título da notícia: “Que a reconstrução do mundo se opere sob a égide dos princípios de justiça e de liberdade”, p. 8.

No dia 2 de fevereiro, foi divulgada a seguinte manchete: “Dois milhões de pessoas exigirão o direito conquistado com seu próprio sangue a uma vida mais digna e a um mundo melhor” (*Diário Popular*, p. 6). A notícia chama a atenção a chegada de Oswaldo Aranha a Porto Alegre vindo de missão diplomática na Europa e, em uma reunião com jornalistas e autoridades, resolveu dividir suas experiências sobre a guerra. O artigo contava com a seguinte introdução: “O Dr. Oswaldo Aranha, homem público que é e como um dos mais profundos conhecedores da nossa política, trará certamente informações que viriam a despertar desusado interesse no seio do povo riograndense.” A experiência do diplomata agregou um novo elemento para discussão que estava em curso. Apareceria então a luta pela democracia, ou seja, passaremos a ver nas páginas do jornal o aparecimento de uma nova discussão.

No dia 03 de fevereiro, quem comprou o *Diário Popular* poderia encontrar na página 06, uma notícia trazida direto do *New York Time*⁴, intitulada: “Comentário sobre as eleições no Brasil”, onde Vargas teria declarado que prevê as eleições no país “dentro de pouco tempo”. Acrescenta que os cidadãos estariam aptos a votar apresentando carteira de identidade ou “caderneta de identificação fornecida pelo ministério do trabalho”, o que agilizaria o processo eleitoral. A divulgação desta notícia, um dia após a declaração de Oswaldo Aranha, trouxe para cena um novo debate. Desse modo, começariam a aparecer matérias preocupadas com as futuras eleições no país e o jornal passaria a dedicar um espaço privilegiado para esta temática.

Talvez não fosse “conveniente falar de eleições” – diz Bruno Lima, entrevistado do *Diário Popular* (07/02/1945, p. 6), “visto que vários brasileiros lutam pela democracia na Europa”, sendo assim estariam alijados do processo eleitoral. Mesmo assim, no caso do Brasil, aconselha a realização do futuro pleito antes do fim da guerra, uma que o contexto político exigia uma reformulação. Bruno ainda fala sobre uma futura conferência de paz, que marcaria o final da guerra, cuja participação do país seria muito importante. Porém, o Brasil teria que ingressar num regime democrático, para que pudesse enviar representantes para essa conferência. Destaca ainda que: “a democracia é expressão genuína da vontade do povo”.

⁴ Transcrito conforme estava no jornal.

Interrogado pelo jornal sobre como deveria ser o futuro pleito, Lima sugere que deveria ser seguido o exemplo das eleições que ocorreram durante o governo Vargas, para o entrevistado “as únicas eleições decentes que houve no Brasil foram às realizadas no governo dele”. Atenta também para a necessidade de “eleições honestas no país” e pondera colocando que isso exige tempo, para que seja organizado. Quando perguntado sobre a forma de alistamento, Bruno Lima deixa claro que “seria justo” se os eleitores registrados para o pleito anterior fossem admitidos para as futuras eleições. Para ele: “Eram êsses eleitores que deveriam ter escolhido os representantes da nação em janeiro de 1938, se não tivesse havido o golpe de estado de dez de novembro”. O entrevistado está se referindo ao golpe que instaurou o Estado Novo, regime ditatorial implantado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, impossibilitando o pleito marcado para janeiro de 1938. Além disso, percebemos que Bruno defende a abertura política no país e mesmo criticando Vargas, também vê avanços positivos do seu governo. E declara ao final da entrevista:

[...] mas não esqueçamos que o direito de escolher os governantes é apenas uma das características da democracia; esta se realiza plenamente somente quando, além de poder intervir direta ou indiretamente nos negócios públicos, o cidadão que trabalha tenha assegurado os meios indispensáveis a uma existência digna, e ao pleno desenvolvimento de suas faculdades morais e intelectuais. Essa é a democracia que o Brasil precisa construir. (*Diário Popular*, 07/02/1945, p. 6).

Esse trecho nos diz muito sobre a leitura que Bruno Lima possui do seu próprio tempo. A partir disso, julgamos importante trazer para a nossa análise duas categorias pensadas por Reinhart Koselleck (2012, p. 308): “[...] experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político”.

Para Koselleck (2012) o sujeito projeta o seu *horizonte de expectativa* com base no seu *espaço de experiência*, ou seja, trata-se de duas categorias indissociáveis. Se usarmos isso para pensarmos as declarações do entrevistado, conseguiremos entender mais claramente onde queremos chegar. Por exemplo, quando Bruno se refere às futuras eleições, sua *expectativa*, é de que elas tenham, como referência, a última eleição organizada pelo governo Vargas, que

faz parte da sua *experiência*. Assim, o sujeito projeta o seu *horizonte de expectativa* condicionado ao seu *espaço de experiências*, o que nos permite entender melhor de onde falam os entrevistados do jornal.

A entrevista realizada com Bruno Lima daria início a uma série de entrevistas versando sobre as futuras eleições. Todas elas produzidas e conduzidas pela editoria do *Diário Popular*, que se posicionava ao demonstrar seu interesse por esse assunto, contando com a colaboração da “alta intelectualidade pelotense”, forma usada pelo jornal para designar seus entrevistados.

Esse posicionamento do periódico nos levou a escolher as notícias produzidas pela sua linha editorial, que demonstravam um pensamento político independente a respeito do processo eleitoral que se delineava.

“Deverão ser convocados às urnas todos os cidadãos brasileiros no gozo e exercício dos seus direitos civis e políticos” (*Diário Popular*, 09/02/1945, p. 6). Esse é o título da entrevista realizada com o Sr. Joaquim Luís Osório e publicada numa sexta feira. Já na introdução da matéria o jornal informa que teve que “insistir” com o entrevistado para que ele concedesse a entrevista. Talvez o leitor visse isso como uma reação comum, vindo de um sujeito de destaque da sua cidade, constantemente envolvido com o meio político. No entanto, podemos entender que essa entrevista era importante para o jornal, dentro daquilo que ele estava se propondo, ou seja, ela não está solta, faz parte da intencionalidade ‘prévia’ – embora pareça redundante – do jornal.

Osório, diferente de Bruno, aproveitou o espaço para tecer algumas críticas ao governo federal, paralelamente a sua opinião sobre a futura eleição. Para o entrevistado a centralização do governo prejudicou a política, pois não havia necessidade de um controle político tão rigoroso, se o que ele desejava era controlar a economia. Segundo ele, o liberalismo político independe do liberalismo econômico. Essa discussão poderia estender-se, caso fôssemos procurar entender o que ele quis dizer ao fazer essa separação. Porém seguiremos um conselho de Reinhart Koselleck (2012, p.306):

Renunciaremos conscientemente a deduzir a origem histórica dessas expressões, de certa forma contrariando a exigência metodológica a que o historiador profissional dos conceitos deve submeter-se. Na investigação existem situações em que o abster-se de perguntas sobre a gênese histórica pode aguçar mais o olhar que se dirige à própria história. Em todo caso, a

pretensão sistemática a que aspira o nosso procedimento se torna mais clara quando, em um primeiro momento, renuncia-se a historiar a própria posição.

Dessa forma, o importante é entender o porquê ele suscitou esse debate e não a sua compreensão semântica, o que não traria nenhuma contribuição relevante. Transpondo isso para a declaração de Osório, podemos dizer que o objetivo principal era criticar o modelo centralizador do governo Getúlio Vargas. Podemos, também, pensar que a democracia enaltecida anteriormente por Bruno Lima, possui sentidos que ultrapassam o campo semântico da palavra e cai no seu *espaço de experiência*.

Continuando, o entrevistado discorda do interlocutor anterior a respeito do código eleitoral. Para Osório “a lei de 1937 não deveria ser utilizada, visto que ela já possui oito atos adicionais”, inclusive ele a chama de “carta mutilada”. A saída para o entrevistado seria uma eleição direta seguida de uma constituinte, que pode e deve agir rapidamente, a exemplo daquela instituída em 1889, que durou apenas três meses, atingindo o maior número de eleitores possíveis.

Pode-se observar que os posicionamentos do Sr. Joaquim Luis Osório são, em grande parte, de oposição ao governo do Sr. Getúlio Vargas. Não obstante, ao recapitular algumas informações sobre o seu passado, encontramos registros de sua participação no Partido Republicano Riograndense (PRR), onde foi deputado estadual (1905-1912) e federal (1912-1926)⁵. Consequentemente, de família tradicional gaúcha, sua ligação às oligarquias do estado era inevitável, o que denota uma *experiência* enraizada nesse meio, perceptível através da sua referência a constituinte de 1889.

Numa breve reflexão sobre os dois últimos entrevistados, podemos observar que a *representação* construída a partir dos seus discursos conta com diversos elementos da realidade, que também pertencem ao seu *espaço de experiência*, como as eleições realizadas por Vargas, lembrada por Bruno e a constituinte de 1889, citada por Joaquim.

Dois dias após a publicação da entrevista realizada com Joaquim Luís Osório, volta a aparecer nas páginas do jornal duas novas notícias tratando sobre as eleições e o contexto político da época (*Diário Popular*, 11/02/1945, p. 11-12). Trataremos inicialmente da

⁵ Ver: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. **OSÓRIO, Joaquim Luis**. Disponível em: <http://www.cdpp.org.br/dic_bio_bibliografico_osorio.html> Acesso em: 08/05/2014.

entrevista realizada com Delfim Mendes da Silveira, cujo título é “O povo anseia por escolher aqueles que o irão governar”, ela começa da seguinte maneira:

Em prosseguimento á série de entrevistas que vimos fazendo com elementos de destaque da intelectualidade pelotense sôbre o futuro pleito eleitoral do Brasil, registramos, hoje, mais uma valiosa opinião em tôrno dêsse palpitante assunto. Desta vez, trata-se da palavra autorizada do bacharelado da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Sr. Delfim Silveira, uma das maiores expressões da cultura moça do Rio Grande. O bacharelado Delfim Silveira, cujo elevado espírito democrático já é bastante conhecido em nosso meio, quer pelos seus artigos divulgados pela imprensa pelotense, e ainda pela brilhante campanha estudantil que acaba de liderar na capital do Estado, da qual saiu vencedor, não se esquivou de manifestar publicamente o seu modo de pensar com referência ás eleições que se projeta realizar em nosso país. (*Diário Popular*, 11/02/1945, p. 11).

Na introdução, a notícia nos remete inicialmente as outras reportagens que já foram divulgadas, procurando construir uma linearidade junto ao leitor e indicando que essa continuidade existe. Para nós, uma clara intenção de direcionar o leitor. Logo após, apresenta o novo interlocutor, conferindo a ele toda credibilidade necessária para arbitrar sobre o assunto. Utilizando daquilo que já está no *imaginário* do leitor, fornece elementos necessários a inteligibilidade dessa *representação*. A introdução realizada pelo jornal não é exclusividade da notícia citada, mas um padrão dessa série de matérias, que confere a elas elementos de credibilidade⁶, como a trajetória política ou a formação acadêmica dos entrevistados.

Sobre a declaração de Delfim, ele começa pela questão da democracia, como podemos lembrar, uma expressão muito exaltada pelos entrevistados. Para ele, o retorno do sistema democrático e as eleições são inevitáveis. Primeiro, seria uma resposta àqueles brasileiros que lutam contra os regimes autoritários na Europa. Segundo, para Silveira, aqueles que desejam as eleições estão divididos, entre esperar o fim da guerra ou não. Mas ele vê que esse impasse será resolvido logo, pois os Aliados avançam rapidamente. Sobre o código eleitoral para o futuro pleito ele declara:

A nossa última lei eleitoral, a meu ver, servia plenamente para a realização do pleito, com ligeiras adaptações, principalmente no que se refere á morosidade da apuração. Creio que o projeto em elaboração e que se espera breve, deveria ser baseado naquela. (*Diário Popular*, 11/02/1945, p. 11).

⁶ Retomaremos essa questão nas Considerações finais.

Ainda coloca:

A liberdade de palavra e a liberdade do medo são as condições elementares, sem as quais todo o processo eletivo é um embuste. Só com elas está criado o clima próprio para que a vontade popular possa manifestar-se sem restrições de espécie alguma. Ao lado disso, urge a anistia política ampla e sem restrições. Depois disto, é que se poderá pensar no resto, isto é, qualificação eleitoral e propaganda das idéias. (*Diário Popular*, 11/02/1945, p. 11).

Embora Delfim Mendes da Silveira se mostre contrário a algumas posições do governo Vargas, ele não é tão ‘radical’ em seu discurso quanto Joaquim Luis Osório. Isso é evidente quando ele fala do código eleitoral, que para Silveira, poderá ser utilizado com “ligeiras adaptações”. Esse entrevistado aparecerá novamente nessa série de entrevistas que estamos abordando. Assim, será possível tecermos algumas conclusões mais substanciais sobre ele.

A outra notícia vinculada no mesmo dia traz uma enquete sobre qual o nome mais indicado para representar o Brasil na futura conferência de paz. Gostaria de fazer uma rápida reflexão antes de seguirmos. Todas as matérias até aqui enunciadas trabalham com certo grau de certeza sobre aquilo que deverá acontecer. Ele não é absoluto, mas podemos observar que essas notícias lutam para impor uma *representação* de um futuro provável. Isso nos permite pressupor uma *luta de representações* (CHARTIER, 2002a, p. 73) na qual poderíamos definir como seu adversário o modelo político varguista, ou ainda, como a *cultura política* (GOMES, 1999) construída durante o governo Vargas.

Retornando a segunda notícia do dia 11, vamos à introdução da enquete:

O período de agitação política por que atravessa o nosso país nos dias do presente, ocasião em que todos os brasileiros, de todas as classes e cores, acompanham com o mais denodado interesse o desenrolar dos acontecimentos que traçarão novos rumos a situação interna da nação viu determinar um ambiente de intensa expectativa, não só pelo que se processa dentro do território nacional, como também pela marcha do conflito internacional cujo término se irá refletir diretamente, em nossa política interna. Porém, de todos os problemas que nos vêm preocupando, nesta hora decisiva para a humanidade e para os destinos históricos da nossa Pátria, destacasse o que diz respeito à participação do Brasil na Conferência de Paz.

[...] Confirmando as nossas brilhantes tradições que nos foram legadas pelos vultos do passado, entre os quais aparecem as figuras eminentes de Rui Barbosa, Rio Branco, Joaquim Nabuco e tantos outros, o Brasil enviará para esse grande conclave, um homem cujo talento e cultura contribuirão para firmar o nosso elevado conceito no seio das grandes nações, defendendo com o mais pleno conhecimento, os nossos sagrados interesses de povo livre. Foi pensando assim e no desejo de auscultar o pensamento da nossa gente, que resolvemos lançar uma enquete indagando quem deverá presidir a delegação brasileira que nos irá representar na Conferência da Paz. (*Diário Popular*, 11/02/1945, p. 12).

A passagem destacada acima utiliza de vários elementos do *imaginário coletivo*. Quando a reportagem fala de “vultos do passado” e nomeia cada um desses, ela está utilizando de elementos presentes no *imaginário* do leitor para referenciar seu posicionamento. Ao mesmo tempo, tanto os “vultos” quanto a necessidade de o país estar na “Conferência da Paz”, são significantes que buscam impor uma nova necessidade, dentro da já citada *luta de representações*.

Além disso, a notícia nos remete ao historiador Benedict Anderson (1985), que explica de forma didática a composição do jornal e como ele conecta diversos tempos, espaços e estruturas que aparentemente não possuem conexão nenhuma e como isso é entendido pelo leitor.

Essa vinculação imaginada provém de duas fontes indiretamente relacionadas. A primeira é simplesmente coincidência no calendário. A data no alto do jornal, a marca peculiar mais importante que ele apresenta, fornece a conexão essencial — a marcação regular da passagem do tempo homogêneo e vazio. Dentro daquele tempo, “o mundo” caminha decididamente para a frente. O sinal disso: se Mali desaparecer das páginas do *The New York Times* por meses a fio, depois de dois dias de reportagens sobre a fome, nem por um momento os leitores imaginarão que Mali desapareceu, ou que a fome exterminou todos os seus cidadãos. O formato de romance que tem o jornal lhes assegura que, em algum lugar fora dali, o “personagem” Mali se movimenta silenciosamente, aguardando sua reaparição seguinte no enredo. (ANDERSON, 1985, p. 42).

Anderson (1985) oferece importantes ferramentas para compreendermos o início da notícia. O autor⁷ escreve a seguinte frase: “O período de agitação política por que atravessa o nosso país nos dias do presente, ocasião em que todos os brasileiros, de todas as classes e

⁷ O nome do autor da introdução não foi publicado pelo jornal.

cores, acompanham com o mais denodado interesse o desenrolar dos acontecimentos que traçarão novos rumos a situação interna da nação [...]” (*Diário Popular*, 11/02/1945, p. 12). O indivíduo que lê essa frase, pode não conhecer todos os brasileiros, mas o jornal, através do que Anderson (1985, p. 42) chama de “tempo homogêneo e vazio”, consegue ligar esses sujeitos, permitindo ao leitor o entendimento perfeito da notícia e seu contexto.

Outra contribuição que o autor nos oferece é a possibilidade de entender o retorno desse assunto – a participação do país na conferência da paz – em meio à discussão sobre as eleições. Na verdade, o assunto nunca havia desaparecido. Estava pulverizado em outras discussões e retorna ao ‘enredo’ trazendo um sujeito que já havia aparecido anteriormente, Oswaldo Aranha. Trata-se – como já havíamos mencionado – de uma enquete, que conta com quatro personagens da “intelectualidade pelotense”, em ordem: Alcides Mendonça Lima, Tancredo Braga, Joaquim Luiz Osório e Ubirajara Índio da Costa. Embora sejam sujeitos diferentes, suas opiniões convergem num só nome: Oswaldo Aranha. Sem nos determos nos seus comentários, o que nos salta aos olhos é o resultado da enquete, porém não nos espanta.

Acompanhamos até agora, nas páginas do *Diário Popular*, a construção de uma crítica ao governo de Getúlio Vargas, em determinados momentos com um aspecto mais brando/velado e em outros momentos mais agressivo. Juntando esses indícios, a escolha por Aranha não parece destoar do quadro geral, pois nessa conjuntura o antigo embaixador poderia ser enquadrado no que Skidmore (1996) chamou “os de fora”, ou seja, os contrários a Vargas. Indivíduos que mais tarde passariam a formar um bloco contra o presidente e os partidos que o representavam.

Dessa maneira, já contamos com indícios suficientes, no sentido apontado por Ginzburg (1990), para aferir o posicionamento contrário do jornal ao governo getulista e seus desdobramentos. Todavia, nossa intenção é mostrar a você leitor como esse debate vai ‘acabar’ e para isso falta pouco.

Passamos então ao dia 18 de fevereiro. Desde a última notícia publicada já se passou uma semana, mas o assunto das futuras eleições volta a pauta. Intitulada: “Sistema de eleição pelo sufrágio universal direto e representação proporcional”, a entrevista com Joaquim Duval, vai, basicamente, recapitular alguns pontos já levantados por outros entrevistados, se aproximando mais das declarações de Bruno Lima e Delfim Mendes da Silveira. Porém, é importante ressaltarmos um aspecto particular dessa matéria. Na introdução da notícia é

informado que a entrevista realizada com Joaquim Luiz Osório, havia sido reproduzida pelo jornal porto alegreense *Correio do Povo*. No nosso entender, trata-se novamente de uma imposição ao *imaginário coletivo* através dessa *representação* que, trocando em miúdos, o periódico procura legitimar.

No mesmo dia, temos também um artigo escrito por Delfim Mendes da Silveira, agora falando do voto da mulher⁸. Trata-se, de um assunto ainda novo para época, embora o voto tenha sido instaurado em 1932. Após trazer vários motivos pelo qual a mulher tem tanto direito ao voto quanto o homem, Delfim encerra da seguinte forma:

Pelo que se vê, pois não resta dúvida a mulher tem direito de votar e ser votada, como qualquer homem. E aqui está um aspecto que a inteligência e a cultura do Sr. Alberto Pasqualini não perceberam, ao dizer que as mulheres e as leis têm um ponto comum: ambas precisam ser violadas para se tonar fecundas... A mulher, para a vida pública, pode ser fecunda, sem contudo, deixar de ser virgem. (*Diário Popular*, 18/02/1945, p. 9).

Na primeira vez que tivemos contato com essa notícia, a referência a Pasqualini nos pareceu uma crítica. Porém, após um exame exaustivo das fontes possibilitado pela *alteração da escala de análise* (LEVI, 1992, p. 155), encontramos outra referência a ele, na entrevista realizada com Delfim no dia 11 de fevereiro, apresentada por nós anteriormente, onde o entrevistado dirigia-se a Pasqualini como homem “brilhante”. Outro fato, no mínimo interessante, diz respeito à última referência citada por Delfim, pois ela remete a um artigo publicado por Pasqualini no *Correio do Povo*, do dia 04 de julho de 1943, intitulado “As leis e as mulheres”⁹. São pistas, que nos permitem perceber que Delfim Mendes da Silveira, estudante na Faculdade de Direito de Porto Alegre, acompanhava as declarações feitas pelo Sr. Pasqualini aos veículos de comunicação da capital gaúcha. Porque, por duas vezes ele mostra conhecer as ideias de Alberto Pasqualini as tendo presentes no seu *espaço de experiência*.

Passados três dias (*Diário Popular*, 21/02/1945, p. 6) desde a última declaração o jornal apresenta outro nome conhecido da sociedade pelotense para dar a sua opinião. Ele se

⁸ Reportagem intitulada: “O voto e as mulheres” (*Diário Popular*, 18/02/1945, p. 9).

⁹ Informação encontrada em: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **O pensamento político de Alberto Pasqualini.** Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=ak4nFe8A6gg%3D&tabid=3101&language=pt-BR>> Acesso em: 02/05/14.

chama Dário da Silva Tavares e é presidente da associação dos funcionários públicos da cidade, segundo informações do periódico. Nesse caso, o entrevistado não recebe mesmo destaque que foi conferido aos anteriores, nem textualmente, nem graficamente. Não conseguimos maiores informações sobre Dário, mas acreditamos que ele não possua nenhuma formação acadêmica, se não o jornal teria informado. Assim podemos concluir que sua presença se dá em função do cargo que ocupa e sua representatividade.

Ao falar sobre as eleições, Dário coloca que “o momento [do qual o autor está falando] não comporta agitações”¹⁰, tratando de maneira bem cautelosa o assunto, chegando a sugerir um modelo de eleições indiretas e “se possível” a suspensão do “estado de beligerância”, para que se possa propagandear e discutir com equilíbrio. É possível perceber através de sua declaração, as palavras que usa e o modo cauteloso como age que o entrevistado possui uma *experiência de vida* (THOMPSON, 1981) diferenciada dos demais entrevistados, fato que influencia diretamente no seu *horizonte de perspectivas*.

Poderíamos seguir com nossa análise, pois ainda possuímos outras notícias dentro da categoria que vínhamos trabalhando. Por outro lado, atingimos a “saturação” do nosso recorte, “quando a introdução de novas informações nos produtos da análise já não produz modificações nos resultados anteriormente atingidos” (MORAES, 2003, p. 194). Sendo assim, deixaremos algumas notícias localizadas nesse recorte¹¹ de fora do debate, porque elas não acrescentariam nenhuma informação relevante.

Contudo, ainda acrescentaremos três notícias que julgamos necessárias para fazer o fechamento da categoria de análise apresentada, pois elas trazem novas informações que contribuem para o melhor entendimento e acarretam uma conclusão a este debate sobre o futuro pleito em 1945.

A primeira, é do dia 01 de março de 1945 (*Diário Popular*, p. 8), uma nota escrita pelo Sr. Joaquim Luís Osório, com o seguinte título: “A ressurreição dos partidos e o atual momento nacional”. Nessa nota, o autor manifesta sua intenção de organizar a União Democrática Nacional (UDN) em sua região, assim que a formação dos partidos políticos for

¹⁰ (*Diário Popular*, 21/02/1945, p. 6). Grifos nossos.

¹¹ As seguintes notícias foram suprimidas da análise: “As eleições devem interessar a todos e não somente o governo” (*Diário Popular*, 22/02/1945, p. 8), “Sugerida pelos ministros de estado o voto direto para as próximas eleições” (*Diário Popular*, 23/02/1945, p. 6), “Apôio á candidatura do Major Eduardo Gomes” (*Diário Popular*, 24/02/1945, p. 6), “Democracia e Município” (*Diário Popular*, 25/02/1945, p. 9) e “A democracia e as elites” (*Diário Popular*, 25/02/1945, p. 9).

liberada no país. Fecha-se então um círculo e fica clara a real intenção de Osório desde o início. Isso também vem ao encontro daquilo que citávamos no início, que toda matéria publicada possui uma intencionalidade. Tivemos a sorte de conseguirmos descobrir o posicionamento do interlocutor dentro da categoria de análise, mas isso não nos isenta de continuarmos perseguindo os demais no prosseguimento da pesquisa. No entanto, salientamos que mesmo sem essa notícia já havíamos nos posicionado de maneira correta sobre Osório, visto que os *indícios* encontrados eram substanciais para nossa conclusão, como fizemos em outros momentos.

Passando para o momento final, apresentaremos as notícias que mudam a perspectiva do debate que estava sendo realizado e, portanto, encerram essa etapa. “O presidente falará, hoje, a imprensa”, do dia 2 de março (*Diário Popular*, p.6), traz a expectativa sobre a palavra de Vargas a respeito do futuro pleito, que já se anunciava na “lei constitucional número 9 de 28 de fevereiro de 1945”¹². Para encerrar o debate, pondo fim a especulações realizadas sobre as futuras eleições, no dia 03 de março é publicada a declaração de Getúlio Vargas, com o seguinte título: “Será concedido ampla liberdade para discutir e apreciar fatos políticos: Entrevista coletiva do Sr. Getúlio Vargas aos jornalistas brasileiros” (*Diário Popular*, p.6). Nessa coletiva Vargas aponta aquilo que a lei do dia 28 já antecedia: a abertura política eleitoral no país. Relembrou os processos eleitorais que conduziu, nos quais ele pensa ter tido êxito e complementa salientando que procederá da mesma maneira, concedendo a todos a “ampla liberdade para discutir e apreciar fatos políticos”.

A partir desse momento, cessam as notícias que trabalhavam – usando do conceito de Koselleck (2012) – apenas no “horizonte de perspectiva”, pois as eleições passam a ser realidade no país. Com isso, fechamos a segunda etapa, onde apresentamos cada notícia de maneira interpretativa, problematizadora, através de um importante aporte teórico. Enfim, podemos avançar para a última etapa desse trabalho.

¹² Ver: Câmara dos Deputados. **Lei constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945**. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-9-28-fevereiro-1945-365005-publicacaooriginal-1-pl.html> > Acesso em: 02/05/14.

Considerações finais

Quando enquadramos esse conjunto de fontes numa categoria de análise, não fizemos com a intenção de colocá-las em uma camisa de força, ou seja, não se trata de algo que tenha sido realizado de maneira arbitrária. O próprio empírico demonstrava essa possibilidade de trabalho, pois esse apanhado de notícias mantinha, em vários momentos, pontos de contato entre si. Consideramos importante deixar isso claro, para que o leitor entenda como seu deu o processo de construção da categoria apresentada, pois julgamos temerário quando esse processo se dá de maneira inversa, quer dizer, quando o pesquisador parte da categoria pronta para as fontes.

Dito isso, o objetivo desse momento é enxergar essas notícias no seu conjunto, procurando compreender as questões que emergiram com o trabalho de *desmontagem dos textos*.

Para começar, é possível entender essa série de notícias como um momento de organização dos agentes sociais, de toda ordem, no *campo político*. Segundo Pierre Bourdieu (1989, p. 164):

[...] o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de «consumidores», devem escolher, com probabilidades de mal entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.

Transpondo isso para análise do nosso objeto, podemos visualizar uma disputa entre dois “programas” políticos, o vigente, que seria o sistema ditatorial centralizador de Getúlio Vargas e o outro, que propõe um sistema democrático menos controlador, onde a participação política não seja unilateral. Claro que ao proporem essa segunda via esses sujeitos criam um *horizonte de expectativa* baseado nos seus interesses e no seu *espaço de experiência*. Vale ressaltar também, que os conceitos citados formam uma chave de leitura fundamental a compreensão do discurso apresentado pelas notícias. Onde podemos observar claramente a utilização do *espaço de experiência*, que expressa alguns elementos do passado recente e o

horizonte de perspectiva que projeta as eleições no futuro, assim trabalhando com três camadas do tempo: passado, presente e futuro.

A escolha dos entrevistados também nos traz um dado importante. Todos possuem o domínio sobre o “*habitus* do político” (BOURDIEU, 1989, p. 169), isso significa que os envolvidos dominavam “uma certa linguagem e [...] uma certa retórica política”, além de conhecerem outros elementos estruturantes do *campo político*. Isso conferia a esses sujeitos uma credibilidade socialmente reconhecida, “indispensável nas relações com os profanos¹³, a do *debater*, necessária nas relações entre profissionais” (BOURDIEU, 1989, p. 169).

Outra questão não menos interessante é o comportamento do jornal ao tratar a possível reabertura política. Percebe-se a intenção do periódico em manter essa discussão em alto nível, não só por causa dos entrevistados e o seu *poder simbólico* (BOURDIEU, 1989), mas pela posição em que as notícias aparecem, na maioria das vezes, ocupando a contra capa do jornal, uma posição privilegiada segundo Tânia Regina de Luca (2008, p. 140), para a manchete não passar despercebida. O intervalo entre uma notícia e outra também diz muito, elas não desapareciam por mais de uma semana, desde que começaram a serem publicadas no dia 9 de fevereiro.

Agora, sobre o posicionamento dos interlocutores e sua relação com a intencionalidade do *Diário Popular*, podemos dizer que foi um casamento perfeito. Porque numa visão global desses discursos observaremos um resultado comum a todos: que a volta ao regime democrático no país seria necessária e inevitável. Nesse aspecto não há nenhuma divergência dos entrevistados e mais, entre eles o único mais destoante é o Sr. Joaquim Luís Osório, cuja intenção particular foi revelada ainda dentro do recorte realizado.

Mas, afinal, o que há de novo na política? O que temos de novo nesses dias é o momento político pelo qual o Brasil está passando – a reabertura política – que segundo Carvalho (2002, p. 127) “[...] pode ser descrita como a primeira experiência democrática de sua história”. Já não consideramos como algo novo o posicionamento dos autores, porque eles se baseiam no seu próprio *espaço de experiência*, como havíamos mencionado anteriormente.

Por outro lado, vemos o posicionamento global, aquele que reflete a intencionalidade do jornal, como algo novo dentro daquele contexto. Mesmo o Departamento de Imprensa e

¹³ Aqui visto como aqueles que se encontram fora do *campo político*.

Propaganda (DIP) tendo afrouxado as rédeas da censura nos últimos anos (CARVALHO, 2002), não podemos desconsiderar que a posição do *Diário Popular* em debater esse assunto não tenha sido ousada. Pelo contrário, inclusive percebemos que alguns entrevistados tratam o assunto com bastante cautela, o que evidencia, ao contrário da linha editorial, o seu receio de que algo acontecesse.

Em síntese, entendemos que não será possível encerrar essa discussão no presente artigo, uma vez que ela é apenas um recorte de um contexto muito mais amplo e complexo. Por outro lado, encontramos importantes posicionamentos, que certamente influenciaram na maneira como aqueles sujeitos compreendiam a sua sociedade. Também fica em aberto a possibilidade de continuarmos acompanhando os entrevistados do *Diário Popular* e como estes se organizaram na disputa dos novos espaços que estavam se abrindo. Logo, esperamos, num futuro próximo, encontrar essas respostas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo, Ed Ática, 1985.
- BACZKO, Bronislaw. A Imaginação Social. In: LEACH, Edmund et all. *Anthropos-Homem*. Enciclopédia Einaudi Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.
- BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 185-212.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002a.
- _____. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 2002b.
- ESPIG, Márcia Janete. *O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. XXIV, n.02, p. 269-289, 1998.

FRAGA, Gerson. *Branços e Vermelhos: A Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 2004.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 143-179.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora. FGV, 1999.

Jornal *Diário Popular*, de 01/01 a 31/03/1945.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2012.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo; Editora Unesp, 1992. p. 133-162.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

SKIDMORE, Thomas Elliot. *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria: ou um plenário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Sites consultados

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. *O pensamento político de Alberto Pasqualini*. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=ak4nFe8A6gg%3D&tabid=3101&language=pt-BR>> Acesso em: 02/05/14.

Câmara dos Deputados. *Lei constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-9-28-fevereiro-1945-365005-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 02/05/14.

Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. *OSÓRIO, Joaquim Luís*. Disponível em: <http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_osorio.html> Acesso em: 08/05/2014.